



CARTA ABERTA AO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVASF, ÀS AUTORIDADES E AO POVO DO SERTÃO

Passamos muitas décadas sonhando com uma universidade no Sertão, até que, em 2003, ela foi criada pelo esforço coletivo de muitas autoridades sertanejas, capitaneadas pelo Dep. Osvaldo Coelho, que uniu as bancadas de Pernambuco, Bahia e Piauí. Em 2004, a UNIVASF é inaugurada. Com isso, pais e jovens sertanejos passaram a sonhar com cursos de Graduação. Porém, como desde 2009 a UNIVASF adota o Enem, o acesso a muitos cursos é cada vez menor. O Enem é valoroso, mas, basta ver as estatísticas do Enem, em que 70% das melhores escolas estão no Sudeste e no Sul do Brasil, outras em capitais do Nordeste, para ver que a competição nacional a que somos submetidos tem gerado uma geração de jovens excluídos ou que não podem seguir a profissão escolhida. É inegável a deficiência histórica na Educação sertaneja, quer pública ou privada.

E, o que pode ser feito diante dessa realidade de exclusão?

Basta o Conselho Universitário da UNIVASF utilizar o direito que tem, garantido pelo artigo 5º, alínea III, da Portaria Normativa MEC Nº 21, de 5 de novembro de 2012, publicado no D.O.U. de 06/11/2012. Essa norma legal permite ao Conselho Universitário determinar “AS EVENTUAIS BONIFICAÇÕES À NOTA DO ESTUDANTE NO ENEM DECORRENTES DE POLÍTICAS ESPECÍFICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS EVENTUALMENTE ADOTADAS PELA INSTITUIÇÃO.”

Isso parece ser algo simples para os Conselhos Universitários da imensa maioria das Universidades Federais, que desde 2012 atuam estabelecendo essas bonificações, como por exemplo: UFPE (Campus Caruaru), UFRN (Campus Caicó), UFOB (Oeste da Bahia) e, mais recentemente, UFMA, UFAL, dentre outras. Todas têm, exceto a UNIVASF. Mas, será que os sertanejos dos 350 municípios das mesorregiões de influência da Univasf não precisam? Ou não merecem?

Desde 2015, nós, Pais e Estudantes da UES – União dos Estudantes do Sertão – iniciamos a luta para sermos ouvidos pelo Conselho Universitário da Univasf. Sabemos que a autonomia do Conselho existe e deve ser respeitada. Mas, por que as outras universidades federais com *campi* no Sertão adotam políticas afirmativas de desenvolvimento regional e isso não pode ser decidido pelo Conselho da Univasf? Será que todas as outras Universidades do Nordeste e Norte estão erradas (UFPE, UFRPE, UFRN, UFS, IFCE, UFPA, UFPPA e UNIFESSPA, UFOB, UFMA, entre outras) e só a Univasf está certa?

Findamos o ano de 2017, com a desesperança de termos lutado colhendo mais de 20 mil assinaturas em 50 municípios, realizado 2 fóruns com representantes do segmento educacional de vários municípios, realizado audiência com o magnífico reitor Julianeli Tolentino, que prometeu lutar por 20% de bonificação, como faz a UFRN e outras. Mas, findamos 2017 sabendo que nossos filhos irão, mais uma vez, para o SISU 2018 (processo do governo federal para preencher vagas, com a nota do Enem) sem nenhuma política afirmativa de desenvolvimento regional.

E, o que tem acontecido com a vagas da UNIVASF? Muitas vagas ociosas.

Basta consultar os documentos da Univasf sobre os processos de transferência interna para preencher vagas ociosas (que gera mais vagas ociosas) e entender o quanto de dinheiro público tem sido desperdiçado. Em 2007, a UNIVASF abriu seleção para preencher 103 vagas ociosas. Em 2017, essas vagas ociosas que estão divulgadas pela Univasf são 769. Aumento de 746% no número de vagas ociosas. Isso representa dinheiro público desperdiçado. Apenas para exemplificar o descaso com o dinheiro público, de acordo com os documentos da Univasf (2017), em Agronomia há 50 vagas ociosas (uma turma inteira); em Engenharia Elétrica 30 vagas ociosas (60% de uma turma); em Ciências Biológicas 44 vagas ociosas (88% de uma turma); em Medicina, 14 vagas ociosas (35% de uma turma). Abriam processo para preencher as vagas ociosas, que gerarão novas vagas ociosas, pois o estudante não pode ocupar duas vagas ao mesmo tempo em universidade pública (a lei proíbe).

Esse bônus que reivindicamos trará benefícios para os estudantes e para a população da região local, já que o estudante filho da terra poderá estudar em sua cidade natal, e, após concluir o curso, irá permanecer para trabalhar na cidade. A implantação do bônus pela UNIVASF reduzirá o déficit de médicos, engenheiros, enfermeiros,

professores, e demais profissionais que a sociedade sertaneja precisa. O Conselho da UNIVASF tem completa autonomia para implantar o bônus. O intuito dessa carta não é ferir a autonomia do Conselho Universitário.

O bônus será apenas um incentivo maior para que os sertanejos acreditem que a realidade pode ser mudada, e que a educação superior, juntamente com investimentos, pode propiciar a qualidade de vida em toda região, fazendo esta ser um referencial não só na economia local, no sistema educacional e na distribuição de trabalhadores qualificados. A UNIVASF não receberá alunos despreparados, pois os 10% ou 20% diante de uma prova longa e extensa como o ENEM, que o aluno tem que responder 180 questões, tendo menos de 3 minutos por questão, não é uma incoerência pedagógica, mas, uma ação afirmativa de justiça social.

Se parte dos professores Conselheiros da UNIVASF não sabem o que é ser filho de sertanejo, talvez por não serem do semiárido, precisam nos ouvir. Enfatizamos, mais uma vez, que o Conselho é soberano. Mas, Jean-Jacques Rousseau, em seu livro Contrato Social (publicado em 1762) com sabedoria, transfere o conceito de soberania da pessoa do governante para todo o povo, entendido como corpo político ou sociedade de cidadãos. A soberania é inalienável e indivisível e deve ser exercida pela vontade geral, denominada por “soberania popular”.

UES – COMITÊ DE LIDERANÇA DE PAIS E ESTUDANTES